Sumário

Apresentação – *Ingo Wolfgang Sarlet* 19

Introdução 21

1. A lenta trajetória da proteção da pessoa e da personalidade 27

1.1. Marcos históricos importantes ao estudo dos direitos da personalidade 28

1.1.1. A proteção da pessoa na antiguidade: o pensamento greco-romano 28

1.1.2. O medievo e a importância do pensamento cristão para a proteção da pessoa 32

1.1.3. O humanismo e a teoria do *ius in se ipsum* no período renascentista 33

1.2. Da configuração dos direitos da personalidade na travessia do século XIX 37

1.2.1. A proposta da modernidade 37

1.2.2. A estagnação do desenvolvimento de um direito geral de personalidade: os negativistas da Escola Histórica e o fracionamento da tutela pelo Positivismo Jurídico 41

1.2.3. A forte influência da proposta da modernidade e do movimento positivista nos ordenamentos jurídicos europeus 46

1.3. A emergência do direito geral de personalidade no século XX 48

1.3.1. A unidade do ordenamento jurídico, a dignidade da pessoa humana e a necessária proteção dos direitos da personalidade 48

1.3.2. A revolução paradigmática em torno da proteção da pessoa para garantir o livre desenvolvimento de sua personalidade: a preocupação em âmbito nacional e internacional 55

2. Pessoa, personalidade e direitos da personalidade: a construção da teoria 61

2.1. Algumas questões acerca dos direitos da personalidade: premissas a serem fixadas 61

2.1.1. A personalidade como valor e as situações jurídicas existenciais: a necessária construção de noções ampliadas de personalidade, direitos da personalidade e direitos subjetivos 61

2.1.2. Sobre a fonte dos direitos da personalidade: crítica às concepções jusnaturalistas 73

2.1.3. Sobre o direito geral da personalidade: crítica às teorias atomísticas 77

2.2. A tutela geral da personalidade no ordenamento civil-constitucional brasileiro 83

2.2.1. A Constituição Federal de 1988: a dignidade humana como cláusula geral de tutela e promoção da personalidade 84

2.2.2. A tímida disciplina dos direitos da personalidade no Código Civil de 2002 92

2.2.3. Breves considerações sobre a eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares 101

2.3. Considerações sobre formas relevantes de tutela dos direitos da personalidade 112

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3.1. Da esfera ressarcitória quando da violação dos direitos de personalidade: a responsabilidade civil como mecanismo de proteção dos interesses da pessoa humana ... 112
2.3.2. Da esfera de prevenção e precaução de danos: efetiva proteção? ... 123

3. Direitos da personalidade: a (des)construção de parte da teoria ... 129
3.1. Dos atributos intrínsecos aos direitos da personalidade ... 129
3.1.1. Das características incontroversas dos direitos da personalidade ... 130
3.1.2. Direitos da personalidade como direitos absolutos ... 135
3.1.3. (In)disponibilidade, (in)transmissibilidade e (ir)renunciabilidade dos direitos da personalidade ... 139
3.2. Tutela positiva das situações jurídicas existenciais e pressupostos de admissibilidade dos atos de disposição ... 153
3.2.1. Dos atos de disposição voluntária como exercício do direito: tutela positiva das situações jurídicas existenciais ... 154
3.2.2. O consentimento livre e esclarecido como pressuposto para o ato de disposição sobre bem da personalidade ... 159
3.2.3. A revogabilidade a qualquer tempo como forma de proteção ... 167
3.3. Dos atos de disposição: análise casuística ... 172
3.3.1. Direito à morte digna: legitimação para a disposição da vida ... 173
3.3.2. Direito ao próprio corpo e a subjetividade dos bons costumes ... 185
3.3.3. Direito à privacidade em tempos de *internet* e *reality shows* ... 195

4. Direitos da personalidade e autodeterminação pessoal: a síntese necessária ... 201
4.1. O direito ao livre desenvolvimento da personalidade ... 202
4.1.1. Autonomia privada: fixação do contorno atual ... 202
4.1.2. O direito à liberdade: necessária releitura em função do direito à igualdade ... 209
4.1.3. O direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade ... 217
4.2. Dos limites aos atos de disposição ... 224
4.2.1. O insuficiente critério dos bons costumes como limite ao livre desenvolvimento da personalidade e o conteúdo redesenhado da ordem pública ... 224
4.2.2. O temor da mercantilização dos direitos da personalidade e da objetificação da pessoa humana ... 230
4.2.3. Dignidade da pessoa humana como o "limite dos limites" ... 236
4.3. A solução nos casos concretos ... 240
4.3.1. A necessária atividade hermenêutica do intérprete no caso concreto ... 241
4.3.2. A necessária ponderação para a solução dos casos concretos ... 246

Conclusões ... 251

Obras consultadas ... 261

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br